

Aos oitos dias de janeiro de 2006, teve início as 10: 20 hs, a reunião mensal da UMNA, no Colégio João Lira filho, Na av. Dom Helder Câmara, 9905 Cascadura- RJ.

Tendo a seguinte pauta:

1. Leitura da Ata
2. Informes Gerais
3. Informes jurídicos
4. Informes financeiros
5. Informes culturais

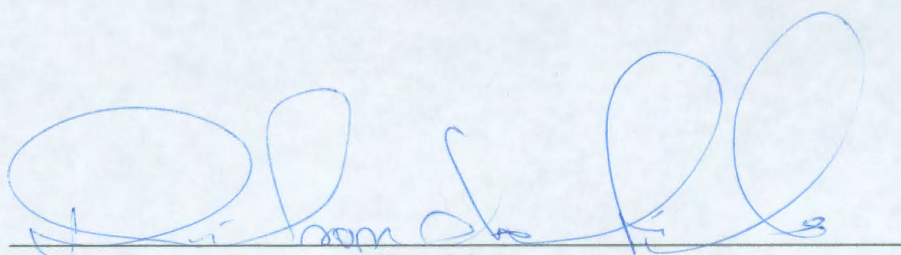
O Presidente ao abrir os trabalhos disse que, esperava que todos tivessem passado uma festa agradável com todos os seus e que nesse novo ano, estamos aqui novamente unidos com a finalidade de alcançar o nosso objetivo que é, a anistia geral e irrestrita. A seguir passou a ser feita a leitura da Ata a qual, foi aprovada pelo plenário. Foi dada a palavra ao companheiro Dornellas para fazer um balanço da ida a Brasília. Disse ele que, em princípio tratou da questão do orçamento, que são os Quatrocentos milhões que seriam alocados, ou seja, carimbados, destinados ao pagamento do retroativo. Também, com relação ao projeto de lei do José Carlos Aleluia, que teoricamente atinge aos civis apenas; mas, há à ameaça de atingir também os militares, embora o projeto não diga nada a respeito. O projeto do governo pelo menos antes das eleições, era para atender o social; mas, depois de impossado, o governo resolveu a atender ao capital. Das proposições que desenvolvemos lá, foi levado a bom cargo, porque, nós conversamos com Deputado Cardoso do PT de SP, que está com a relatoria da constitucionalidade do projeto; isto é, se o projeto for constitucional segundo relatório dele, será submetido a comissão de justiça; a partir daí o projeto avança mais; como ele disse que não tinha pressa, tivemos uma breve reunião no seu gabinete; eu, Dilson e mais dois companheiros; ele se colocou um pouco reticente dizendo que, não podia adiantar nada; mas, tinha muita simpatia pelos anistiados e queria cuidar da melhor maneira desse caso. Dessa análise que ele faria do projeto, não queria comprometer a sua biografia jurídica; isso quer dizer o seguinte: ele não se violentaria na sua trajetória; nos preocupou um pouco esse problema da biografia, porque no JB de hoje, diz que esse Deputado está sendo indicado para o supremo tribunal federal. Entre outros, cita o Sigmaringa Seixas, Luiz Eduardo Greenhalgh e o Tasso Genro, ex. Ministro da Educação. Isso nos deixa um pouco preocupado; mas, o jogo está sendo jogado. O fato concreto é que, esse projeto agride brutalmente a lei de anistia; porque! Propõe exatamente a revogação dessa lei, a 10559. Isso aqui visa criar uma polêmica da qual, nós não podemos nos isentar, sob pena de jogarmos no chão todo nosso processo de luta. Alguns companheiros acham que nós não devemos discutir política, mas, isso aqui é política; nós temos que discutir é porque o José Carlos Aleluia resolveu apresentar esse projeto; quem mandou-o apresentar. Nesse sentido, fizemos uma reunião com a diretoria da UMNA onde eu fiz uma proposta, que foi acolhida e a assembléia deverá se pronunciar; que os anistiados de todo o Brasil



através de suas presenças e de suas entidades de classe, principalmente os da Bahia, que é a terra natal do Aleluia; vamos convidá-lo para uma entrevista ou um encontro com os anistiados de todo o Brasil; queremos que ele dê, as razões porque resolveu alterar, ou seja, mutilar, ou até revogar a lei de anistia. A diretoria acolheu e a UMNA deve tomar a iniciativa de convidar as entidades co-irmãs do Brasil inteiro; é necessário essa audiência, já que, todo mundo está cheio de preocupação e quer saber o porque disso. Isso é mais ou menos, retomando a história recente, o que aconteceu quando o Juiz de Guaratinguetá deu contra nós aquela sentença. Dizia ele, que os anistiados queria tirar o leite da boca das crianças Brasileiras, mostrando assim, serem um bando de oportunistas que esqueceram a sua luta libertária em favor do Brasil livre, democrático, soberano e igualitário; e que, em detrimento do Povo, resolveram enriquecer as custas dos mais explorados desse país. Foi isso que o Juiz de Guaratinguetá falou na sua sentença; em termo mais ou menos semelhante, o José Carlos Aleluia está dizendo aqui. A Segunda questão, é o convite que nos foi feito pelo movimento negro para um ato em Brasília, a favor de Zumbi dos Palmares e João Cândido. Uma entidade patrocinou a ida de dona Zelândia, que fez um bonito discurso em cima do caminhão; nós caminhamos da catedral de Brasília até a Esplanada dos ministérios, defronte ao congresso, parando ali. Foi um movimento muito bonito tendo representações de todo o Brasil. Depois D. Zelândia esteve com o Presidente da Câmara e com o Lula. O Presidente se mostrou interessado pela anistia de João Cândido, que entrou em pauta varias vezes e não era votado, voltando para baixo da pilha. Aí, eu e Dilson fomos vê que mistério era esse; fomos atrás do Aldo Rebêlo, Presidente da Câmara; Dilson entrevistou dizendo que, viu pela Internet o andamento. Contamos ao Aldo Rebêlo o que estava acontecendo, dizendo ele, que o caso estava esbarrando num problema de despesa. Essa palavra chave disse tudo. Fomos a mesa e falamos com o chefe, que pegou o original, o qual dizia, anistia para João Cândido e seus companheiros; “esses seus companheiros”, abria o problema da despesa. É mais ou menos o que está acontecendo com a anistia agora; entra um bocado de carona, pessoas que não tem condições de serem anistiados. A solução agora é: primeiro conversar com D. Zelândia, segundo, conversar com a autora do projeto, a ministra Marina Silva. Por essa não se encontrar falamos com o assessor, que se pôs a disposição e anotou tudo. O fato é que, temos que analisar se vamos trabalhar com o projeto coletivo ou se entramos só com João Cândido. Pensamos em falar com a Luciana Genro, para fazer uma emenda supressiva, os outros descendentes dos revoltosos entrariam depois da anistia aprovada. Quanto aos quatrocentos milhões que seriam aprovados no orçamento, para pagar os anistiados, está havendo uma disputa indigesta entre Deputados, Prefeitos e Governadores, nessa divisão dos onze bilhões. Nós temos que nos mobilizar para ir a Brasília no dia 16/ 02/ 06. Professor Arildo nos desejou muitas vitórias neste ano que inicia. Coutinho desculpou-se por não participar de nossa festa de confraternização, estava na Bahia visitando a sua mãe. Falou sobre o advogado, temos que critica-lo, mas não devemos Ter posições que leve a ruptura. Joaquim disse que a critica ao Gérson é construtiva. Não queremos a ruptura com o



advogado; queremos é que o mesmo cumpra com os compromissos acordados com a UMNA. Temos recebido muitas queixas. Recente mente uma viuva de um companheiro da Aeronáutica, trouxe uma folha onde estava escrito o que ela deveria pagar à Lucchesi advocacia; era um verdadeiro achaque. Tatá disse que quando pede para assinar o livro é para saber quem comparece, os ausentes pensam que está num mar de rosas, botam o dinheiro no bolso e nos esquecem . Alípio se dirigindo ao Presidente do conselho fiscal propôs si fazer uma reunião para discutir a questão jurídica. Temos que diferenciar o departamento jurídico do escritório do advogado, vamos nos reunir, vamos conversar, sempre tive uma posição divergente, mas, respeito o advogado; quando houve a mudança o Gérson disse, agora podemos trabalhar; mas, não há prestações de contas. Vamos discutir a problemática e depois chamar o Gérson. Esclareceu a João Carlos que a ida dele a capitão não foi brecha encontrada pelo advogado, e sim, o que estava na lei. João Carlos disse que mesmo assim, o advogado teve mérito na sua promoção. Um companheiro falou que seu processo ficou seis meses engavetado e quando foi mandado à comissão, foi já atrasado, fez com que, ele não fosse a suboficial com soldo de segundo Tenente. Quer ser ressarcido por isso. Tatá reafirmou que o dinheiro tem que ser pago na entidade. Um outro companheiro queixou- se sobre os descontos sofridos por ele na Lucchese. Não havendo nada mais a tratar, e para constar, eu, Joaquim Aurelio de Oliveira, 1º secretario, lavrei a presente ata as 13:00 hs, a qual, será assinada por mim e pelo presidente.



---

Presidente

---

1º secretario